

## O papel do IDORT na legitimação das relações públicas no Brasil

### The role of IDORT in the legitimacy of public relations in Brazil

Claudia Nociolini Rebecchi<sup>1,2</sup>  
Universidade Estadual de Londrina, Brasil  
[claudiarebecchi@uel.br](mailto:claudiarebecchi@uel.br)

Recepción: 29/09/2015 Revisión: 24/11/2015 Aceptación: 30/11/2015 Publicación: 04/12/2015  
<http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-10-2015-05-67-84>

#### Resumo

O propósito deste artigo é tratar sobre o papel do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na constituição e consolidação da atividade de relações públicas no Brasil. O IDORT, na primeira metade do século XX, teve importante atuação na difusão dos princípios que orientaram as formas de organização e gestão do trabalho em empresas no país. Dentro deste cenário, as relações públicas foram consideradas pelo IDORT uma atividade fundamental para a administração das relações de trabalho no contexto organizacional. Tendo isso em vista, o IDORT desenvolveu várias ações para legitimar as relações públicas brasileiras, sobretudo nos anos 1950 e 1960.

**Palavras-chave:** Relações Públicas no Brasil, IDORT, Racionalização do Trabalho, Comunicação nas Relações de Trabalho

#### Abstract

The purpose of this article is to treat about the role of the Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) in the establishment and consolidation of public relations in Brazil. In the first half of the twentieth century, IDORT played an important role in the dissemination of the principles that guided the forms of organization and management of work in companies in the country. Within this scenario, the public relations were considered by IDORT a fundamental activity for administration of working relations in organizations. Thus, the IDORT developed several actions to legitimize the Brazilian public relations, especially in the 1950s and 1960s.

**Keywords:** Public Relations in Brazil, IDORT, Rationalization of Work, Communication in Working Relations

---

<sup>1</sup> Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil. Mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP). Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho da ECA-USP.

<sup>2</sup> Esta pesquisa é patrocinada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

**Sumário**

1. Introdução
2. O percurso metodológico da pesquisa
3. O IDORT e a racionalização do trabalho no Brasil
4. O interesse do IDORT pelas relações públicas
5. A racionalização do trabalho como fator da gênese das relações públicas brasileiras
6. Considerações finais
7. Referências

**Summary**

1. Introduction
2. The methodological trajectory of the research
3. IDORT and the rationalization of work in Brazil
4. The interest in the public relations by IDORT
5. The rationalization of work as a factor of the Brazilian public relations's genesis
6. Conclusion
7. References

**1. INTRODUÇÃO**

Tendo como base a nossa pesquisa de doutorado, apresentamos neste artigo o relevante papel do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na legitimação da atividade de relações públicas no Brasil. A tese referida intitula-se "Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do IDORT (anos 1930-1960) e foi defendida recentemente, em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM da ECA-USP). Esse estudo foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por meio de concessão de bolsa de doutorado.

Com o objetivo principal de estudar as prescrições de comunicação nas empresas em relação aos princípios da racionalização do trabalho, orientadores da principal lógica de organização e gestão do trabalho no período dos anos 1930-1960, nossa tese, dentre outras questões, trata sobre o interesse do IDORT na constituição e consolidação das relações públicas no país.

Sabe-se que a primeira metade do século XX é considerada um período significativo do processo de industrialização do Brasil e de transformações dos modos de vida e de formas de trabalhar mobilizados, em grande medida, por meio de ações e políticas promovidas pelo Estado e pelo empresariado. Ambos centravam seus esforços em modernizar o país, em níveis econômicos e sociais, e criar bases para o avanço do capitalismo.

Nesse momento histórico, surgiram diversas instituições com o propósito de auxiliar na concretização desse projeto econômico e ideológico da burguesia industrial como, por exemplo, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). E entre todas elas, o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), fundado em 1931 por empresários e intelectuais paulistas, mostrou-se um agente ativo de difusão da filosofia de gestão e organização do trabalho dominante à época, incorporada por organizações privadas e da administração pública no Estado de São Paulo e em outras regiões brasileiras em fase de desenvolvimento urbano-industrial.

No país, o IDORT assessorou a gestão de diversos órgãos públicos e prestou serviços para as indústrias a fim de avaliar e propor ações sobre suas formas de administração. Ademais, o Instituto revelou-se atuante na difusão dos princípios da racionalização do trabalho por meio de atividades de formação educacional e profissional aos gestores e técnicos de organizações. Fora do Brasil, o IDORT participou ativamente do movimento internacional de racionalização do trabalho, liderado pelo *Comité International d'Organisation Scientifique* (CIOS), e, assim, compartilhou das mesmas diretrizes de entendimento das formas de gestão e organização do trabalho dominantes na primeira metade do século XX.

Ao revisitarmos a bibliografia brasileira da área de Relações Públicas, notamos a referência sobre o IDORT de reconhecidos pesquisadores. Margarida Maria Krohling Kunsch (KUNSCH, 1997) - só para citar um exemplo - indica o IDORT em sua obra com o único intuito de contextualizar uma época em que ainda não existiam cursos universitários de relações públicas, sendo que determinadas entidades ligadas ao meio empresarial, como o próprio Instituto, promoviam palestras e cursos técnicos de curta duração para instruir aqueles que se interessavam pela atividade.

Por outro lado, no momento em que começamos a investigar com mais profundidade a trajetória institucional e política do IDORT, descobrimos que este Instituto desempenhou um papel ainda mais significativo na legitimação do entendimento de relações públicas e do uso da comunicação nas relações de trabalho em organizações na sociedade brasileira.

Por meio de uma ampla pesquisa documental, de investigação em arquivos, nossa tese de doutorado demonstra que o IDORT teve determinante participação na constituição da atividade de relações públicas no país, sobretudo nos anos 1950 e 1960.

Dentro desse contexto e sob uma perspectiva histórica, este artigo apresenta três momentos que pretendem tratar sobre o papel do IDORT na legitimação das relações públicas no Brasil. Primeiramente, informaremos sobre o percurso metodológico da pesquisa. Em seguida, falaremos sobre a trajetória do IDORT como uma entidade reconhecida nacionalmente na promoção dos princípios da racionalização do trabalho. Em um terceiro momento do artigo, abordaremos o interesse do IDORT pelas relações públicas como uma atividade que dialogava diretamente com esses mesmos princípios. Por fim, discutiremos sobre a relação entre a gênese das relações públicas brasileiras e o ideário da racionalização do trabalho difundido pelo discurso do IDORT.

## **2. O PERCURSO DA PESQUISA**

Conforme já indicamos antes, as discussões apresentadas neste artigo fazem parte de nossa pesquisa de doutorado, cujo o percurso metodológico constituiu-se, principalmente, por meio de investigações em arquivos e acervos brasileiros e franceses.

Para que fosse possível dar conta dos propósitos mais amplos da pesquisa, foram levantados e analisados documentos sobre a trajetória do IDORT e de certas entidades francesas promotoras da racionalização do trabalho, no Brasil e na França, bem como textos que apresentassem a relação dessas organizações com a gênese das relações públicas. No caso da etapa da pesquisa no Brasil, foco da discussão deste artigo, as investigações concentraram-se em arquivos e acervos localizados na cidade de São Paulo.

Tendo isso em vista, o "fundo IDORT", conservado pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tornou-se a principal fonte da investigação. Constituído por um extenso conjunto de documentos, doado pelo próprio IDORT à UNICAMP na década de 1980, este acervo foi disponibilizado para consulta pública no início dos anos 1990, após ter sido inventariado sob a coordenação do professor, sociólogo e estudioso do mundo do trabalho Ricardo Antunes. A documentação contempla relatórios e correspondências da entidade com data entre 1931 e 1961, apostilas produzidas a partir dos cursos oferecidos pelo IDORT (de temas variados) e sua participação em diversos eventos no período de 1934 e 1974. O AEL também guarda grande parte dos números da revista institucional publicada pelo IDORT, desde 1932 até final da década de 1950.

Dentre todo esse material produzido pelo IDORT, dois documentos mostraram-se fundamentais para a composição do *corpus* de nossa pesquisa: os textos sobre relações públicas publicados na revista institucional do Instituto e as apostilas produzidas com base nos cursos de relações públicas promovidos pela entidade.

Quanto à revista institucional do IDORT, consultamos todos os números publicados entre 1932 e 1959. O AEL da UNICAMP foi a principal fonte de levantamento do material no Brasil, mas não a única. Apesar desse Arquivo contemplar boa parte da coleção da revista do IDORT, ele dispõe dos números publicados até o ano 1957. Com base nessa realidade, foi preciso consultar acervos de outras instituições para continuar a investigação, haja vista que o objetivo era realizar um levantamento de textos que contemplasse todos os números do periódico até o final da década de 1960. Desse modo, essa etapa continuou na Biblioteca da FEA-USP, onde pudemos acessar os números da revista publicados entre 1958 e 1969, com exceção dos anos 1963 e 1966. Especificamente quanto a esses dois anos, ainda foi preciso consultar o acervo da Biblioteca do Instituto de Energia e Ambiente (IEE) da USP.

Já no que se refere às apostilas de relações públicas, identificamos doze delas, produzidas e difundidas nos anos 1950 e 1960, cujas referências são: a) curso de iniciação às relações públicas (autoria: Mario Sassi); b) curso de relações públicas (autoria: Celso Lobo da Costa Carvalho); c) curso de relações públicas - nível I (autoria: Candido Teobaldo de Souza Andrade); d) curso de relações públicas - nível II, duas versões com datas distintas, provavelmente porque o curso foi ministrado mais de uma vez (autoria: Candido Teobaldo de Souza Andrade); e) curso de relações públicas - nível III, duas versões com datas distintas (autoria: Candido Teobaldo de Souza Andrade); f) curso de relações públicas e comunicação com o pessoal (autoria: Candido Teobaldo de Souza Andrade e Joel Barbosa); g) curso de relações públicas na Força pública de São Paulo (autoria: Amaury Moraes de Maria); h) curso de relações públicas, sendo que são duas apostilas com datas distintas, mas do mesmo autor (autoria: Amaury Moraes de Maria); i) curso de relações públicas (autoria: Rubens José de Castro Albuquerque) .

Decidiu-se pelo modo de tratamento desse material que não se limitasse ao ponto de vista já estabelecido por seu conteúdo. Tratar o *corpus* como um conjunto de textos que transmitem ideias pré-concebidas e procurar descrevê-los para ilustrar seus dizeres não seria suficiente aos objetivos e às hipóteses da pesquisa. Dentro dessa abordagem, é possível dizer que a forma

escolhida para a mobilização do *corpus*, de certo modo, filia-se aos princípios gerais da Análise do Discurso de linha francesa (AD), embora não seja uma pesquisa de AD *stricto sensu*.

A Análise do Discurso é admitida no desenvolvimento do percurso teórico-metodológico da pesquisa em questão devido ao olhar específico que ela coloca nos textos, mostrando a relevância de tentar compreendê-los dentro do contexto sócio-político e ideológico que produz sua discursividade (ORLANDI, 1999).

A amplitude e o ineditismo dos documentos levantados possibilitaram a realização de um estudo que trouxe novos elementos da história das relações públicas brasileiras, conforme veremos a seguir.

### **3. O IDORT E A RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL**

O IDORT, como instituição representante dos interesses da classe empresarial e intelectual preocupada com o desenvolvimento da industrialização e modernização da sociedade brasileira encontrou nos princípios da “Organização Científica do Trabalho” uma via eficiente para formular modos de dominação social considerados necessários à exploração da força de trabalho e à expansão do capitalismo.

Dentro de sua trajetória de “portador das mais modernas exigências da racionalização” (ANTONACCI, 1993: 17) no país, o IDORT construiu seu discurso institucional em diálogo direto com os pilares do idário de organização e gestão do trabalho articulado, especialmente, pelos preceitos “científicos” do taylorismo, do fordismo e do movimento das “relações humanas”. Não por acaso, o símbolo representativo do Instituto contemplava os seguintes termos: “razão”, “método”, “tempo”, “saber” e “evolução”.

Para o IDORT, não havia outra alternativa para a sociedade brasileira a não ser modernizar-se e progredir, abrindo caminho para a expansão do capitalismo. Nessa premissa, havia a confiança incondicional na “racionalização” como a solução para assegurar o processo de desenvolvimento da industrialização do Brasil. O discurso do Instituto, em face a isso, contempla muitos dos valores do Iluminismo, cuja natureza é sintetizada por Rouanet (1993: 97) como um “modelo civilizatório que dá seus contornos à modernidade”.

O entendimento de “modernização” ou “racionalização” debatido por Max Weber, nesse sentido, é esclarecedor dos ideais compartilhados pelo IDORT. Para Weber, conforme as

palavras de Rouanet (1993: 123), “modernização significa principalmente aumento de eficácia” e “mesmo quando outros valores parecem entrar em jogo, como a democracia ou a autonomia da razão, o que se esconde por trás deles é sempre um desempenho mais eficaz do sistema econômico, político ou cultural”.

A “razão” e a “ciência” são considerados postulados fundamentais para o estabelecimento de determinada ordem racional que refuta o obscurantismo e justifica-se por sua capacidade de atender às necessidades materiais dos homens.

A racionalização, sob seu caráter econômico, incentiva a constituição da empresa moderna por meio de uma gestão que contempla os saberes científicos e a consolidação do trabalho assalariado. Na sua perspectiva política, admite uma administração burocrática racional e no uso pleno da autoridade pelos governantes com base em normas delimitadas. E, na sua dimensão cultural, a racionalização desmistifica as visões de mundo e os valores (a ciência, a arte e a moral) regidos pela religião (ROUANET, 1993).

Maurício Tragtenberg (1980) esclarece que esse entendimento de racionalização é constitutivo de uma ideologia liberal, cuja natureza difunde uma ideia de neutralidade técnica conveniente à reprodução do trabalho simples, à expansão da industrialização e, conseqüentemente, à reprodução do capital.

Os idealizadores do Instituto, já na década de 1920, articulavam-se à procura de uma alternativa para a reorganização das relações industriais no país e viajavam frequentemente ao exterior, sobretudo aos Estados Unidos e a países europeus em fase de industrialização mais avançada, para conhecer os procedimentos mais bem sucedidos por lá. Alguns deles estavam ligados ao movimento internacional de organização racional do trabalho, liderado inicialmente pelo *Institut International d'Organisation Scientifique du Travail* (IIOST), que tempos depois deu lugar à criação do *Comité International d'Organisation Scientifique* (CIOS). Diante disso, os conceitos e princípios da “Organização Científica do Trabalho” foram incorporados pelo discurso do IDORT e adaptados segundo o entendimento de sociedade que os membros do Instituto admitiam para o Brasil.

Conforme afirma a historiadora M. Antonieta M. Antonacci, de fato, o papel do IDORT em relação à difusão da ideologia da racionalização do trabalho no país foi bastante significativo ao longo de boa parte de século XX:

Se as ideias e práticas da administração científica tomaram posição na década de 20 – como resposta patronal à organização operária por transformações racionais nas condições de vida e de trabalho –, foi ao longo das décadas subsequentes que suas modificações expandiram-se em ritmos, desdobramentos e fases, conforme as conjunturas e o jogo de forças sociais. Incorporando lutas e reivindicações sociais como soluções técnicas, as práticas racionalizadoras invadiram diferentemente a vida social ao reordenarem espaços, redimensionarem tempos e reorientarem relacionamentos sociais, num processo que se estendeu até a década de 60, quando outros problemas e questões deixaram à mostra as mesmas conflituosas e contraditórias faces do capitalismo dominante (ANTONACCI, 1980: 32).

Dentro desse panorama, o interesse do IDORT pelo uso da comunicação na administração das relações de trabalho em empresas privadas e da administração pública surge no período após a Segunda Guerra Mundial. Neste momento, a atividade de relações públicas é contemplada pelo Instituto como um meio útil e eficiente para reforçar valores sociais e padrões de comportamento a favor do apaziguamento de conflitos entre trabalhadores e o comando das organizações. A ideia de “cooperação” de classes torna-se fundamental para invalidar as tensões sociais inerentes aos sistemas produtivos configurados pelas relações capitalistas. Nesse contexto, a partir dos anos 1950, o IDORT se empenharia em legitimar a atividade de relações públicas no país, promovendo cursos sobre o tema e participando ativamente da criação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP).

#### **4. O INTERESSE DO IDORT PELAS RELAÇÕES PÚBLICAS**

Pode-se dizer que o interesse inicial do IDORT pelas relações públicas originou-se, sobretudo, com as palestras do norte-americano Eric Carlson, à época consultor da Organização das Nações Unidas (ONU) e especialista da atividade.

Foram três as conferências concedidas pelo norte-americano aos membros do Instituto na ocasião de sua vinda ao Brasil. Carlson havia sido convidado para ministrar um curso específico de relações públicas na Escola Brasileira de Administração Pública (EbaP) da Fundação Getúlio Vargas, localizada na cidade do Rio de Janeiro, estendendo sua estadia a convite de membros do Instituto, para visita à cidade de São Paulo. Com o apoio da empresa São Paulo Trainway, Light and Power Companhia Ltda. (futura Eletropaulo), o IDORT promoveu as seguintes palestras de Eric Carlson nos dias 6, 7 e 10 de julho de 1953, no auditório do Banco Nacional Interamericano: (1) O papel das relações públicas na racionalização do trabalho; (2) Relações públicas e suas responsabilidades na administração e organização administrativa; e (3) Criação de um clima de

opinião pública favorável à produtividade e ao trabalho de cooperação entre a administração e os trabalhadores.

Em conformidade com a configuração do processo de racionalização do trabalho que se forma após o final da Segunda Guerra Mundial, atualizada com base em orientações de gestão de pessoas menos autoritárias e mais integradas aos aspectos “psicológicos” do trabalhador, isto é, às orientações constituídas em acordo à filosofia das “relações humanas”, Carlson apresenta as relações públicas aos membros do IDORT como a atividade que poderia ajudar a administrar o “fator humano” nas relações de trabalho.

O teor das palestras sobre relações públicas despertaram grande interesse de empresários do comércio e da indústria, bem como de gestores e funcionários da administração pública, atraindo um número significativo de espectadores interessados no tema. O IDORT considerou as falas e os ensinamentos do professor Carlson instigadores e anunciou à época:

Tem sido um dos principais objetivos da 1a Divisão aproximar estudiosos e técnicos no campo da Organização Administrativa, sua especialidade. Excelente oportunidade deparou-se-nos (sic), com a chegada do Prof. Eric Carlson, ao Brasil, para intensificar nosso trabalho em prol do maior conhecimento e aplicação dos métodos racionais de administração no País. A preponderância que assumiu o fator sociológico na ciência da organização, tem-nos mostrado a delicada posição das grandes organizações na estrutura social moderna. A consciência desta posição deu às relações públicas importância nunca dantes suspeitada, como técnica para moldar as delicadas relações criadas pela posição peculiar da empresa econômica, especialmente na economia capitalista, orientando-as no sentido dos elevados desígnios desses organismos na sociedade, sua maior eficiência e sua possível contribuição para a comunidade. Muito mais do que a simples aparência publicitária das relações públicas é importante sua função de orientar, informar e dirigir as interações grupais em constante movimento nas comunidades, cuja influência no comportamento eficiente do trabalhador individual foi posta em destaque nos recentes estudos que ainda prosseguem, de eminentes sociólogos industriais. Feliz, portanto, a escolha do tema pelo eminente conferencista, ao focalizar a benéfica influência das relações públicas na racionalização e a responsabilidade da direção das empresas neste campo (Relatório Da Diretoria Do Instituto De Organização Racional Do Trabalho, 1953: 143-144).

As conferências de Carlson ofereceram aos membros e às lideranças do IDORT dados e argumentos que poderiam justificar a integração da atividade de relações públicas ao conjunto de elementos motrizes do discurso e das ações do Instituto. Neste sentido, o ideário das relações públicas mostrou-se útil ao estabelecimento de parâmetros considerados fundamentais para uma determinada “ordem social” propícia ao enquadramento das relações de trabalho no

contexto da industrialização do país e ao avanço do capitalismo. Eric Carlson, aliás, não poupou palavras para convencer os “idorteanos” quanto a isso:

Uma coisa é certa: quaisquer que sejam os obstáculos para o desenvolvimento das relações públicas no Brasil, valerá a pena superá-los, desde que os resultados, colhidos embora a longo prazo, serão dos mais benéficos para a indústria, que encontrará, na exploração deste campo, um dos fatores mais construtivos para que se possa realizar sua missão de propulsora do progresso e da grandeza nacional (Carlson, 1953: 218).

O propósito fundador das relações públicas de estabelecer relações “harmônicas” entre organizações/empresas e seus “públicos” é admitido como um modo bastante adequado às condições para a efetividade da racionalização do trabalho. Eric Carlson explica aos membros do IDORT que o desenvolvimento correto da atividade de relações públicas instaura um “clima” favorável à cooperação de empregados e empregadores em prol da produtividade. Entende-se, neste caso, as relações públicas como uma “rua de duas mãos” – conforme expressão utilizada pelo próprio especialista –, sendo que o papel de ouvir, avaliar e definir os interesses dos trabalhadores é tão importante quanto tornar as orientações e ideias da direção da empresa conhecidas pelos empregados. Neste caso, as relações públicas adquirem a função de administração das relações entre os empregadores e seus funcionários. Função, esta, concebida originalmente pela empresa e não pelos trabalhadores, vale lembrar.

Note-se que a atividade de relações públicas, nesta abordagem em prol do desenvolvimento de seu objetivo principal de “cooperação” dentro da organização, é desobrigada a considerar as condições de realização do trabalho pelos empregados, conforme indica Carlson: “evidentemente as relações públicas não conseguirão angariar a simpatia do público para más políticas administrativas, não farão com que as minas deixem de ser perigosas, nem farão com que os sanitários passem a estar mais limpos” (1953: 220). Por outro lado e aparentemente de modo contraditório, o elemento central anunciado como promotor do apaziguamento de conflitos nas relações de trabalho é a demonstração de que a empresa e seus dirigentes se importam com o trabalhador na condição de “ser humano”. Porém, quando procuramos compreender as concepções constituintes do movimento das “relações humanas”, começamos a perceber que, na verdade, as duas considerações anteriores de Eric Carlson não são discordantes e, sim, complementares.

A aceitação e o entusiasmo quanto às relações públicas gerados pelas palestras de Eric Carlson impulsionaram a realização de seguidas discussões sobre o tema com o apoio do IDORT. A título

de exemplificação, destacamos algumas delas, apresentadas também no ano de 1953: (1) “Relações públicas: fator de progresso das empresas”, ministrada, em 22 de julho, por Inácio Penteado da Silva Telles (diretor do departamento de relações públicas do Banco Nacional Interamericano); (2) “Programas de relações públicas para a indústria, apresentada por Murilo Mendes, em 05 de agosto, (professor de história social e política do Brasil na Escola de Sociologia e Política de São Paulo); (3) “Propaganda: uma atividade de relações públicas”, de autoria de Rankin Roberts (diretor da empresa de publicidade Orion) e apresentada em 2 de setembro.

Além dessas palestras e de outras que trataram da natureza, do propósito, da função e das técnicas de relações públicas, o IDORT criou, em 1954, um “Grupo de Relações Públicas” para reunir integrantes e simpatizantes do Instituto que pudessem compartilhar suas experiências e seu conhecimento relacionado ao tema, cujo convite público havia sido anunciado no relatório da diretoria do Instituto divulgado no final de julho de 1953, pouco tempo depois das conferências de Eric Carlson:

A 1a Divisão está à disposição de todos os estudiosos e profissionais de relações públicas que queiram colaborar com ela nesta oportuna fiscalização e valorização de tão valioso instrumento de entendimento e paz social, de que vivemos tão necessitados, dados os nossos problemas de caldeamento cultural e etnológico, de industrialização, de crescimento populacional e outros, prestando assim não pequeno serviço a São Paulo e ao Brasil (Relatório Da Diretoria Do Instituto De Organização Racional Do Trabalho, 1953:144).

Percebe-se que tanto a promoção das conferências/palestras como a criação de um grupo específico de discussão fizeram parte de uma conduta importante do IDORT em prol da propagação da atividade de relações públicas e de seu reconhecimento pela classe empresarial e por gestores de organizações privadas e da administração pública. Até mesmo porque, nessa época, as relações públicas não gozavam da condição de profissão regulamentada e não mantinham status de curso de nível superior. O primeiro curso superior de relações públicas foi criado em 1967, com a fundação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Já a regulamentação da profissão ocorreria em 1968, por meio da Lei Federal n. 5.377 aprovada no final de 1967 pelo Congresso Nacional (KUNSCH, 1997).

Os encontros e os debates proporcionados pelo “Grupo de Relações Públicas” do IDORT levou à fundação da Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), em 21 de julho de 1954, com estatuto próprio fundamentado nos seguintes propósitos:

[...] congregar todos os elementos do País, cujas atividades se liguem a serviços de Relações Públicas; tornar conhecida, apreciada e respeitada a atividade profissional dos técnicos de relações públicas; aumentar e melhorar os conhecimentos profissionais de seus associados por meio de permuta de informações e de experiências, promoção de cursos e conferências e organização de uma biblioteca especializada; facilitar a aquisição de conhecimentos profissionais às pessoas que desejarem dedicar-se a Relações Públicas, por meio de conferências e cursos ou pelo estímulo a cursos existentes em estabelecimentos de ensino, incentivando também o ensino sistemático das Relações Públicas nas escolas de ciências econômicas e outras (Associação brasileira de Relações públicas, 1954: 367).

A primeira presidência da ABRP foi atribuída a Hugo Barbieri, integrante da diretoria do IDORT, à época, e executivo da empresa Esso Standard do Brasil. Os demais cargos do corpo diretivo da Associação também estiveram sob a responsabilidade de membros do Instituto: (a) vice-presidente: Ubirajara Martins (São Paulo Light and Power Companhia Ltda.); (b) Secretária geral: May Nunes de Souza (Instituto de Administração da USP); (c) Secretário: Álvaro Roberto Mendes Gonçalves; (d) Primeiro tesoureiro: Jonas Znyder; (e) Segundo tesoureiro: Nelson Ramos Nóbrega (Distribuidora Vemag S. A.); (f) Conselho Consultivo: Anníbal Bonfim (presidente do IDORT e executivo da Philips do Brasil), Ignácio Penteado da Silva Telles (Universidade Católica); Murillo Mendes (Panam Propaganda S.A.); e (g) Diretor do Serviço de Informações: J. B. Martins Ramos. A diretoria tomou posse em 11 de setembro de 1954 na sede do IDORT, mais especificamente no Auditório Dr. José Ermírio de Moraes. Na ocasião, vinte e sete era o número de sócios da associação recém-criada.

Logo no primeiro ano de seu funcionamento, a nova Associação mostrou-se bastante ativa por meio de ações como: (a) promoção de uma série de conferências sobre relações públicas realizadas na sede do IDORT, atraindo a presença de representantes da diretoria da Secretaria de Segurança Pública, da Escola de Polícia de São Paulo e da Guarda Civil; (b) estabelecimento de vínculos com interessados em criar núcleos da associação em outras regiões do país (como foi o caso do Rio de Janeiro); (c) realização de programas de relações públicas na televisão, com o apoio da Rede Unidas de Televisão e Rádio (Emissoras Unidas) e da TV Record; (d) aproximação de entidades congêneres no exterior por meio de viagens de May Nunes de Souza e Annibal Bonfim à Europa; (e) elaboração do “Plano de Relações Públicas para a Assembleia do Estado de São Paulo”; (f) promoção de cursos de relações públicas.

## 5. A RACIONALIZAÇÃO DO TRABALHO COMO FATOR DA GÊNESE DAS RELAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS

Conforme o exposto anteriormente, percebe-se que a atividade de relações públicas começava a ganhar contornos mais sólidos para sua legitimação no Brasil na década de 1950. Concomitantemente à participação efetiva do IDORT nos momentos decisivos da gênese das relações públicas no Brasil, outros fatores corroboraram para o estabelecimento da atividade no país no mesmo período.

Dentro deste contexto, a pesquisadora Margarida Kunsch (1997) apresenta um panorama geral de acontecimentos significativos à época. Filiais de empresas multinacionais fixadas no país, além da *Light and Power*, criaram departamentos próprios de comunicação, como as petrolíferas Philips e Standard Oil, onde procuravam seguir os preceitos de relações públicas e colocar em prática as suas técnicas. Ademais, agências de propaganda estrangeiras começavam a oferecer aos seus clientes brasileiros serviços especializados em relações públicas, reunindo profissionais capacitados no assunto. Outro dado dentro da cronologia da gênese da atividade, o primeiro departamento de relações públicas de uma empresa brasileira surgiu em 1951 na Companhia Siderúrgica Nacional, do estado do Rio de Janeiro. Kunsch (1997) também nos lembra que a primeira empresa nacional a oferecer serviços de relações públicas aos empresários brasileiros, chamada de Companhia Nacional de Relações Públicas, começou a funcionar, em 1952.

Nos anos 1960, conforme indicado antes, a profissão de relações públicas foi regulamentada e o primeiro curso superior de ensino da atividade no Brasil foi instituído na ECA-USP. O primeiro livro brasileiro sobre o tema foi publicado, aliás, pelo co-fundador deste curso (KUNSCH, 2006), Candido Teobaldo de Souza Andrade, em 1963, com o título: “Para entender relações públicas”. Posteriormente, o professor escreveu outras obras que orientaram o entendimento de relações públicas no país ou, como afirma Waldemar Kunsch (2006, p. 71), formulam “os contornos básicos de um incipiente *corpus-doctrinae* brasileiro”.

A participação de Candido Teobaldo no processo de constituição da atividade de relações públicas já aparece de maneira contundente por meio das atividades promovidas pelo IDORT, antes mesmo da publicação de seu primeiro livro e da abertura do curso superior de relações públicas na USP. O professor Teobaldo ministrou um número significativo dos cursos de relações públicas oferecidos pelo IDORT, dos quais se originaram apostilas, muitas delas, norteadoras de seus livros.

Além disso, Candido Teobaldo de Souza Andrade dirigiu a seção específica sobre o tema na revista produzida pelo IDORT, sendo ele mesmo autor de vários artigos publicados. A seção surge na década de 1950 e recebe a colaboração de outros especialistas na atividade. O propósito da seção era oferecer ao leitor explicações básicas sobre as funções da atividade de relações públicas e sua correlação com o processo de racionalização do trabalho e com o desenvolvimento do capitalismo moderno. A revista produzida pelo IDORT, neste sentido, pode ser considerada um dos primeiros veículos de comunicação impressos, senão o primeiro, a tratar de relações públicas no Brasil com determinada periodicidade e por meio do conhecimento e da experiência de profissionais – em grande parte brasileiros – que se interessavam pela atividade e procuravam aplicar seus preceitos e suas técnicas nas organizações onde atuavam.

Sabidamente, a Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp), da Fundação Getúlio Vargas, teve um papel pioneiro ao promover o primeiro curso regular de relações públicas com o professor Eric Carlson, em 1953 (CHAVES, 1963). Em seguida, outras iniciativas semelhantes ocorreram sob a responsabilidade da própria Ebp, a exemplo do curso de Harwood L. Childs, professor da Universidade de Princeton nos Estados Unidos, e de outras entidades, como os cursos do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do Instituto Promovendas do Ensino Técnico (IPET), do Rio de Janeiro, da Escola do Serviço Público do Estado da Guanabara, também no Rio de Janeiro, do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo e, principalmente, do IDORT, conforme já antecipamos.

O primeiro curso regular de relações públicas realizado pelo IDORT esteve sob a responsabilidade de Mario Sassi e ocorreu em 1953. Ao longo dos anos 1950 e 1960, tantos outros foram desenvolvidos sob a tutela do IDORT com a direção de Candido Teobaldo de Souza Andrade, Celso Lobo da Costa Carvalho, Joel Barbosa, Amaury Moraes de Maria e Rubens José de Castro Albuquerque.

Segundo já indicado, durante a fase de investigação dos documentos, uma série de apostilas oriundas dos cursos promovidos pelo IDORT nos anos 1950 e 1960 foi levantada em nossa pesquisa. O material originado destes cursos revela um esforço inicial de sistematização dos elementos constituintes da atividade de relações públicas e, ao mesmo tempo uma primeira tentativa de prescrição do uso da comunicação nas organizações, dentro de um contexto favorável de desenvolvimento e expansão do capitalismo em conformidade aos princípios da racionalização do trabalho.

Refeito em diversos momentos, devido aos novos elementos que eram postos em circulação pelos atores sociais envolvidos, sobretudo pela classe dirigente, o discurso alinhado à visão de modernização do país assegurou a consolidação do propósito central da atividade de relações públicas compartilhado e difundido pelo IDORT: promover a harmonização das relações entre a direção da organização/empresa e os diversos “públicos” que interagem com ela, como, por exemplo, o “público interno”, isto é, os seus empregados. Nesse sentido, a ideia é conseguir a boa vontade de grupos e indivíduos a favor dos objetivos e interesses organizacionais, anunciados pelas relações públicas como interesses coletivos e necessários ao bem-estar social. Dito de outro modo, trata-se de uma finalidade tomada como compatível à tentativa de apaziguar as tensões sociais consideradas prejudiciais ao avanço do capitalismo. Os conflitos entre trabalhadores e o patronato, nesta perspectiva, podem ser considerados empecilhos ao próprio desenvolvimento econômico do país.

O propósito orientador das relações públicas no período estudado por nós, portanto, é concebido dentro de um contexto histórico, político e sócio-econômico vinculado diretamente à ideologia capitalista e aos seus modos de produção e de sociabilidade.

Dentro desse contexto, a atividade de relações públicas admitiu prescrições de comunicação nas relações de trabalho alinhadas ao discurso da racionalização do trabalho difundido pelo IDORT entre os anos 1930-1960.

O mundo do trabalho reúne e revela um conjunto de discursos – enunciados – que trazem à tona uma disputa de sentidos. Sentidos, estes, produzidos nas relações de trabalho e articulados no processo comunicativo. E no que diz respeito às relações entre comunicação e trabalho no contexto de empresas/organizações, estas disputas de sentidos são, de certo modo, reveladas no que denominamos, aqui, de “prescrições de comunicação”.

Ao mesmo tempo, tratar dessas prescrições, é falar das recomendações e orientações consideradas como obrigatórias para a conformação de um determinado modo de pensar e de ordenar as relações sociais. No caso da nossa pesquisa, trata-se de prescrições de comunicação tidas como fundamentais ao processo da racionalização do trabalho em organizações, sobretudo em empresas, em boa parte do século XX.

Mais especificamente, procuramos identificar e refletir sobre essas prescrições com base nos ditames de relações públicas assimilados e difundidos pelo discurso do IDORT, cuja natureza

esteve orientada pelos princípios da racionalização do trabalho. E a alternativa escolhida para realizar esse propósito ancorou-se em documentos produzidos sob a responsabilidade do Instituto.

A leitura e a análise desse material - textos da revista institucional do IDORT e as apostilas dos cursos de relações públicas - levaram-nos a propor seis categorias das prescrições de comunicação oriundas do *corpus* em questão que, a nosso ver, são capazes de potencializar outras reflexões quanto à constituição dessas prescrições em relação ao discurso de racionalização do trabalho difundido e legitimado pelo IDORT no Brasil.

As categorias pensadas e discutidas em nossa pesquisa foram as seguintes: 1) relação entre as organizações e seus empregados por meio de interesses mútuos; 2) "boas relações" entre chefias e subordinados; 3) identificação dos interesses dos trabalhadores; 4) garantia de compreensão das informações transmitidas pela empresa aos trabalhadores; 5) integração do trabalhador ao ambiente das organizações; 6) fases do planejamento da atividade de relações públicas no contexto da organização e gestão do trabalho.

Em linhas gerais, o desenvolvimento dessas categorias demonstraram determinados pontos em comum no que diz respeito ao uso prescrito da comunicação na administração das relações entre trabalhadores e o comando das organizações, dentro do contexto da racionalização do trabalho.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo, conforme exposto inicialmente, foi tratar sobre o papel do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na legitimação da atividade de relações públicas no Brasil.

Tendo isso em vista, apresentamos parte da investigação realizada em nossa pesquisa de doutorado em três momentos: (1) tratamos da trajetória do IDORT como uma entidade reconhecida na difusão dos princípios da racionalização do trabalho no Brasil; (2) falamos sobre o interesse do IDORT pelas relações públicas como uma atividade que dialogava diretamente com esses mesmos princípios e (3) abordamos sobre a relação entre a gênese das relações públicas brasileiras e o ideário da racionalização do trabalho difundido pelo discurso do IDORT.

O interesse deste Instituto pelas relações públicas não ocorreu por acaso. Dentro de um contexto de promoção dos princípios da racionalização do trabalho na gestão de organizações, o IDORT compreendeu a atividade de relações públicas como uma maneira eficiente de enquadrar as relações de trabalho nas empresas dentro de um modelo coerente à lógica organizativa do capital de um momento histórico de industrialização do Brasil.

As análises realizadas em nossa pesquisa mostraram que a legitimação da atividade de relações públicas no país concretizou-se, em grande medida, devido ao empenho do IDORT na difusão e no reconhecimento de seus ditames em meio a classe dirigente brasileira. O Instituto criou amplo espaço para a discussão sobre a atividade de relações públicas e a propagação de seus preceitos ao dar voz aos seus especialistas e simpatizantes a partir de vários meios. O IDORT publicou diversos artigos sobre o tema em sua revista institucional, promoveu cursos e conferências e esteve à frente da criação da ABRP. Ademais, foi possível perceber que os princípios de relações públicas estiveram bastante alinhados aos princípios da “Organização Científica do Trabalho”, em especial, das “relações humanas”, cujo ideário demarcou decisivamente a filosofia da racionalização do trabalho na primeira metade do século XX.

Embora tenhamos a clareza de que há muitos outros momentos decisivos da história das relações públicas no Brasil a serem estudados e analisados, esperamos que as discussões apresentadas neste artigo possam contribuir para o conhecimento mais sistematizado sobre esta atividade pela comunidade acadêmica e científica brasileira e internacional.

## 7. REFERÊNCIAS

ANTONACCI, M. A. M. (1993). *A vitória da razão(?)*: o IDORT e a Sociedade Paulista. São Paulo: Marco Zero.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RELAÇÕES PÚBLICAS (1954). *Revista de Organização e Produtividade*, São Paulo, ano 23, n. 275/276, p. 367-368, nov./dez.

CARLSON, E. (1953). O papel das Relações Públicas na Racionalização do Trabalho. *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano 22, n. 262, p. 217-221, out.

CHAVES, S. M. (1963). Aspecto de relações públicas. *Separata da Revista do Serviço Público de abril, maio e junho de 1961, janeiro, fevereiro, março e outubro, novembro e dezembro de 1962*. São Paulo: DASP – Serviço de documentação.

KUNSCH, M. M. K. (1997). *Relações Públicas e modernidade: novos paradigmas na comunicação organizacional*. São Paulo: Editora Summus.

KUNSCH, W. L. (2006). Do mercado à academia: as relações públicas em seu primeiro centenário. São Paulo: *Intercom*, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 29, n. 2, p. 55-87, jul./dez.

ORLANDI, E. P. (1999). *Análise de discurso*. Princípios e métodos. Campinas: Pontes, 1999.

REBECHI, C. N. (2014). Prescrições de comunicação e racionalização do trabalho: os ditames de relações públicas em diálogo com o discurso do IDORT (anos 1930-1960). 2014, 351 f. *Tese* [Doutorado em Comunicação]. Escola de Comunicações e Artes – Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2014.

RELATÓRIO DA DIRETORIA DO INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO, de São Paulo, apresentado à assembleia geral ordinária de 31 de julho de 1953. *Revista de Organização Científica*, São Paulo, ano 22, n. 259, p. 135-154, jul. 1953.

ROUANET, S. P. (1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2. ed.

TRAGTENBERG, M. (1980). *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Editora Ática.

#### **Forma de citar este artículo:**

NOCIOLINI, C. (2015). O papel do IDORT na legitimação das relações públicas no Brasil. *Revista Internacional de Relaciones Públicas*, Vol. V, Nº 10, 67-84. Recuperado el \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, de <http://dx.doi.org/10.5783/RIRP-10-2015-05-67-84>.